

CLÓVIS BEVILÁQUA, como orador

BUGYJA BRITTO.

I

Alguém fez ver que Clóvis Beviláqua não era orador, que a palavra não lhe saía da boca de modo a se poder classificá-lo como um portador de eloquência. Esse é o sentido de um pronunciamento de Viveiros de Castro (Francisco), apoiado pelo distinto escritor Macário Picanço, que informa, textualmente, em 1943, num trabalho biográfico: “Clóvis nunca se revelou um orador na acepção da palavra”; e este é o pronunciamento de Viveiros, brilhante jurista maranhense, amigo daquele de quem disse o seguinte, em 1884, a propósito de orador: “Demaís, Clóvis Beviláqua não é orador. A palavra que lhe cai da pena tão límpida, tão fluente, tão elevada, e, por vezes, eloqüente, desprega-se com dificuldade dos lábios, tímida, medrosa, soturna. Fui testemunha ocular de um fato destes. Por ocasião do tricentenário de Camões, pronunciou Clóvis Beviláqua um discurso que, na sessão solene, pouco efeito produzia, passou mesmo despercebido. No entanto, impresso esse discurso, era a coisa melhor que ele publicou no Recife pelos festejos do grande épico português². Lutando contra esses embaraços, pôde, entretanto, o talentoso moço impor-se à Academia do Recife como o espírito mais eminente daquele lustro escolar. E não era fácil a tarefa. O ano acadêmico, em que se formara em 1882, continha em seu seio talentos de primeira força”.

Do que eu fui testemunha, ou melhor, de duas vezes em que o ouvi falar de improviso, posso esclarecer que se tratava de um bom orador, cuja palavra, fácil e límpida, bem adjetivada e bem pronunciada, especialmente nas sílabas e letras finais, envolvia aquele poder de síntese que a gente encontra nas línguas latina e alemã. A pronúncia das sílabas ou letras finais (hábito decorrente, por certo, dos *casos* no latim e alemão) era feita, porém sem afetação. Como se sabe, as sílabas ou letras bem pronunciadas, consti-

tuem o necessário para o conhecimento das flexões que alicerçam o entroncamento dos vocábulos, dando a estes o sentido sintático próprio, ou devido.³

Aliás, para quem se enfronhou no helenismo, e não apenas no latim, não é estranho esse poder de síntese. A belíssima língua da Grécia antiga já possuía não só a concisão, como o poder imanente de atrair expressões para serem apresentadas muitas vezes numa só palavra. Os *casos* (nominativo, genitivo, dativo, acusativo e vocativo, mesmo sem os três *casos* primitivos que desapareceram da declinação e de que há apenas vertígios — o ablativo, o locativo e o instrumental), a sintaxe simples, o *espírito* ou sinal de aspiração que se sobrepõe no *r* e nas vogais e ditongos quando iniciais, as entonações melódicas dadas pelos acentos e pela estrutura lingüística, o motivo da facilidade para formar palavras compostas, o vocabulário riquíssimo, — todas essas ações imprimiram um poder de concisão admirável, a ponto das interjeições e onomatopéias se apresentarem como valendo frases e orações. E não foi por outro motivo que Eduardo Schuré, poeta e músico francês, conhecedor do grego, chegou a dizer que numa só palavra da língua de Sófocles se *podia pintar a majestade do oceano e a serenidade do céu, imitar todas as vozes da natureza, desde o gorjeio dos pássaros até ao tinir das espadas, e desde o tinir das espadas até ao fragor das tempestades.*

Beviláqua conhecia o latim e o alemão, e fácil lhe foi dispor da concisão nos seus escritos. Como se sabe, as duas línguas se parecem no ponto da ordenação e disciplina. A última tem algo de herança, portanto, da primeira. Os *casos* no alemão, — genitivo, dativo, acusativo e nominativo, podendo-se do último fazer o vocativo e, bem assim, o motivo dessa ordenação e disciplina, — são peças imprescindíveis para a síntese e para a significação precisa dos vocábulos. A força de uma palavra, por exemplo, numa sentença do *CORPUS JURIS CIVILIS*, ou o calor duma expressão dramática de Cícero, o leitor sente por vezes reminiscenciada em juristas do porte de Rodolf von Ihering e de Frederico Carlos de Savigny, conhecedores insignes do latim e mestres nos arcanos do Direito Romano.

Não vinga a idéia de se dizer que a gramática alemã é assaz complicada por ter três gêneros (masculino, feminino e neutro), ter verbos chamados *fortes* e *fracos*, a construção da frase se diferenciar bastante do francês e do italiano, por isso que somente o fato de possuir facilidade na formação da palavra composta para a qual se presta esplendidamente o gênio do idioma germânico, ao lado da pronúncia ordenada e da articulação segura, — é algo significativo para se dar à referida gramática essa relevância que conhecemos.

Do mesmo modo paralela-se o latim, que é língua sintética (enquanto o francês é analítico) com a sua riqueza admirável e com

capacidade única de adaptação, a ponto de prestar-se para ser a língua da Teologia, da Ciência e do Direito. A sua influência foi tão grande no mundo que todas as obras científicas, históricas e filosóficas só puderam ser redigidas no seu léxico até o século XVII; a ação dessa exclusividade, embora seccionada depois grandemente, alargou-se ao século XIX. Há um exemplo que nos interessa de perto, mostrando-nos o valor dos autores, — Spix e Martius — em manejar o velho idioma para dar, como resultado do seu trabalho científico no Brasil, uma coleção de 300.000 exemplares de 7.000 espécies vegetais, abrangendo 130 fascículos e sob o título latino de *Flora Brasiliensis*.

Entre o alemão e o latim houve uma pesada mistura. A chamada *Invasão dos Bárbaros* no reinado de Valeriano (250-260) é significativa: hordas germânicas, tais como alemães, francos, godos e hérulos, começaram a atacar as terras itálicas, e, das investidas ou encontros não deixou de haver intercâmbio, embora a contragosto ou forçado, nas línguas e costumes de atacantes e atacados. E como as tentativas de invasão e invasões propriamente ditas, que se deram, não deviam sofrer perda de tempo, Alarico, o rei dos Visigodos, apoderou-se de Roma, saqueando-a; estendeu-se a fusão e ampliou-se a ação dos Bárbaros (Bárbaros, como chamavam os Romanos) para áreas mais distantes; são os Alanos, Vândalos e Suevos que, atravessando as Gálias, chegam até à Península Ibérica; são os Francos, os Borguinhões, os Ostrogodos que se estendem pelas Gálias, Helvécia (Suíça) e cidades do Reno. O *BREVIARUM ALARICI*, mandado fazer por Alarico II com base nos livros dos Romanos de então, nos quais se incluíam os escritos de Gaio, Paulo e Papiniano, tornou-se entre os Visigodos um Código de plena vigência.

Teodorico, rei dos Visigodos, assumindo o poder logo após a capitulação de Odoacro, em 493, adotou a legislação romana (inclusive o Código Teodosiano) como obrigatoriedade, sem distinção de nacionalidades, pois a aplicação ou uso era tanto para os Italianos como para os Ostrogodos.

Tudo isso, como seria natural, se fundiu, mas o latim, que era a língua mais organizada, começou a dominar; o domínio foi notável, a ponto dos mais antigos livros que vieram a se escrever sobre o Direito Germânico terem de ser feitos em latim. O *LEGES BARBARORUM* é o exemplo frisante, porque condensou toda a legislação alemã de então. O povo vencido (Romano) podia, desde então, orgulhar-se de uma vitória na sua derrota, como disse um célebre romanista . . .

Todavia não foi somente o Direito Romano, que tinha sido elaborado no Ocidente (o ante-Justiniano) que influiu no Direito Germânico. Segundo os mestres que pesquisaram o assunto, o *Direito pós-Justiniano* influiu algo na relação da vida germânica.

O chamado *Direito Romano de Justiniano*, como se sabe, é aquele mandado elaborar por Justiniano, que assumiu o poder na sede do *Império do Oriente* em 527, quando o Ocidente estava praticamente esfacelado. A codificação que veio a ter o nome do Imperador é a célebre coleção de leis ou obras jurídicas, que são mais conhecidas pela denominação de *CORPUS JURIS CIVILIS*.

Antes da ascensão de Justiniano ao trono a legislação era esparsa; o *BREVIARUM ALARICI* e o *LEGES BARBARORUM*, escritos em mau latim, são anteriores ao *CORPUS JURIS CIVILIS*.

II

Clóvis não seria um orador à moda de Rui, de Coelho Neto e José do Patrocínio (para citarmos apenas esses três oradores). — mas o foi à maneira de Bilac, que procurava entrosar o arremesso do termo lingüístico à doçura das sílabas mais brandas, a harmonia do som vocabular à força coercitiva dos ãos e de consoantes explodindo nos ecos palatais. Bilac consagrou-se como orador em Buenos Aires, quando acompanhou a comitiva do Presidente Campos Sales, em 1902, tornando-se um eloqüente na alta eloqüência brasileira toda vez que lhe foi pedido, pelos intelectuais argentinos, que discursasse. Nos fluidos quentes da sua poesia bailava o poder de elocução; na sua sensibilidade enternecida de vate privilegiado deviam cantar os elementos que compõem a frase luminosa, precisa, agradável, correta. . . Bilac, aliás, — não apenas no ambiente da capital portenha — foi sempre considerado o portador de uma palavra reverenciada nas lides da elocução e da boa linguagem; no meio gracioso do verso magnífico, ostentava-se o conferencista atraente — que ele o foi — para todos os que, no Brasil, puderam ouvi-lo.

Rui, quando falava, era estrepitoso, tinha voz metálica e arroubos surpreendentes, tornava-se atuante pelas imagens e pelo emprego clássico-vernacular das palavras, e, se podia claudicar — o que seria natural como homem que está dentro do preceito latino *ERRARE HUMANUM EST*, procurava na repetição (artifício estilístico) do período ou da palavra consertar o que tinha errado, e isso dava muitas vezes uma rara beleza às frases do discurso que estava pronunciando. Era uma espécie de truque elegante ou adorno de construção a que chamam de *partícula de realce* ou *expletiva*. Um exemplo típico ficou registrado num seu discurso pronunciado na Bahia — *berço de eterna poesia onde cantou Castro Alves* —, quando em propaganda política aliciava o povo da sua terra natal através da sua palavra ardorosa e esplêndida, Rui lançou este passo: “*Nós é que...*” — e como a multidão que o ouvia começasse a murmurar, repetiu desta maneira: “*Nós é que somos*”. De propósito Rui

demoraria no *é que..*, dando motivo para que recebesse, quando completa a frase, uma salva estrepitosa de palmas e de aplausos como que vitoriosos. . .

Coelho Neto, quando falava, era abundante na adjetivação e majestoso no classicismo (ele mesmo chegou a ufanar-se de que era o último abencerragem da linha greco-romana), e isso, todavia, não lhe roubava o brilho de orador.

José do Patrocínio, orador popular, — daqueles que a crítica traduz como *orador em mangas de camisa*⁵ pelo desalinho do corpo (à moda de Tobias Barreto e de outros eminentes tribunos nacionais) mostrava talento, capacidade tribunicia; era desembaraçado nos temas que feria, dos quais se destacava a idéia antiescravista ou o instituto abolido a 13 de maio de 1888.

Clóvis, quando falava, tornava-se um artista pela sensibilidade e pelo culto à eloquência.

Pois bem; das duas vezes que eu o ouvi discursar, destaco esta: a 4 de outubro de 1939 (cinco anos antes de falecer) os amigos e discípulos da sua sabedoria e da sua bondade fizeram-lhe uma manifestação de apreço pelo implemento da data natalícia; ele completava 80 anos de idade, e as simpatias e as admirações eram muitas. Foi-lhe oferecida uma modesta lembrança (uma caneta de ouro). Clóvis, falando para agradecer a manifestação dos presentes, inclusive do orador, — que é o modesto escrevinhador do seu perfil biográfico de hoje, — fez um discurso que agradou imensamente; foram umas imagens bonitas, umas palavras que a sua imaginação, viva e fecunda, não obstante a idade propecta, oferecia embebida de amor e de realces. Lembro-me que numa das suas imagens ele se deteve nas árvores do Brasil, de que destacou a oiticica como vegetal fornecedor de matéria-prima na indústria de tintas (o óleo de oiticica é o único substituto do *tung-oil* chinês) e de sombras benfazejas nas áreas secas do Nordeste. Dois itens ou vantagens do precioso vegetal; um de utilidade prática pelo valor econômico e o outro de conveniência saudável ou de bem-estar para o homem.

Bonito tema que lhe veio à imaginação numa hora em que agradecia uma homenagem; por certo ele estava sentindo o Brasil na palpitação estremecida de seu patriotismo. . . Dai, desse discurso de improviso, eu julgá-lo um orador à maneira bilaquiana, fluente, incendiado de civismo e prenhe de luminosidades. Nesta altura, e quando relembro o acontecido, não posso deixar de invocar o tema de uma árvore (e desde que nesta minha insossa dissertação eu envolvi o nome de Bilac), para reavivar ao leitor a personificação ou figura de prosopopéia que usou o Poeta de *Tarde*, quando cantou, em estrofes altissonantes, a sua Pátria, — a nossa estremecida Pátria, — tomando uma árvore como símbolo, plantada nos escaninhos da sua figura humana⁶.

III

É claro que o orador a que eu quero me referir é o de salão social, o de recinto de academias de letras, o de festas literárias, o de ambientes selecionados, e nunca o orador de praça pública que prega agitação como opositor sistemático, que ataca governos e instituições com fins demagógicos, que faz comícios nas reuniões populares, agitando a bandeira de promessas falazes...

- 1) Trabalho que expressa um Capítulo do perfil biográfico de Clóvis Beviláqua, a sair em livro, brevemente.
- 2) Trata-se de uma excelente conferência feita para comemorar os chamados **Festejos Camonianos**, levados a efeito no Recife em 1880. Beviláqua, quando a pronunciou, tinha 21 anos e era terceiranista de Direito, mas é um trabalho de fôlego, parecendo ser feito por quem estivesse em plena maturidade...
- 3) O povo de Portugal, quase na sua totalidade, mantém, até hoje, a pronúncia da letra e no infinito dos verbos, e, daí, na terra lusitana dizer-se **amare**, **conservare**, **colocare**, etc.; até palavras que tiveram outra forma no latim, como **facere** (fazer), **ludere**, que deu jogar em português, a pronúncia em Portugal é **fazere**, **jogare**.

A respeito de uma aproximação mais atuada no português com o latim, mantida pelo povo lusitano, eu gostaria de ressaltar este fato: certa vez, em função do meu ofício na Alfândega do Rio de Janeiro (então Chefe da 2a. Seção) atendi a um passageiro de nacionalidade portuguesa para liberação de um processo chamado de **bagagem desacompanhada**. O passageiro não era literato nem elemento de projeção social, mas estudara em Braga, tendo no momento uma modesta indústria no interior do seu País. Na conversa (enquanto ele esperava pela movimentação burocrática do seu processo de bagagem, sentado ao meu lado), além das diferenciações que se conhecem entre o falar de Portugal e o do Brasil, estava o emprego, por ele, desta palavra: **amaro**, como advérbio do latim, com o sentido de **amargamente** ou **amargosamente** e que ele aplicara na nossa conversação. **E**, como o fato não seja comum, cabe-me apenas registrá-lo, agora.

- 4) Elementos necessários para mostrar a influência do latim e o seu uso entre os Bárbaros, as datas, ocorrências, invasões, etc., foram colhidos em alguns romanistas alemães, tais como: GUSTAVO HUGO (**Lehrb der Juristischen Encyclopaedie**), THERING (**Geist des römischen Rechts**), SAVIGNY (**Histoire du Droit Romain au Moyen Age**), e F. MACKELDEY (**Elementos de Direito Romano**) na tradução portuguesa de Bento de Faria.
- 5) Tobias Barreto tem um trabalho com a designação de "EM MANGAS DE CAMISA"...
- 6) Veja-se o soneto "Pátria", de Bilac.